

AS NAUS DE VERDE PINHO, DE MANUEL ALEGRE

MARIA DO SAMEIRO PEDRO

Estando nós quase a finalizar este Encontro *No branco do sul as cores dos livros*, já não estranhámos que mais uma aventura / leitura nos seja proposta. Deixemo-nos, pois, guiar pelo *verde pinho* das *naus* de Bartolomeu Dias e dos *Descobrimentos portugueses*; para tanto, embarquemos no primeiro livro da obra de Manuel Alegre destinado prioritariamente a um público infanto-juvenil. Como todos percebemos através dos indícios agora mesmo salpicados, trata-se d'*As Naus de Verde Pinho. Viagem de Bartolomeu Dias contada à minha filha Joana*, publicado em 1996 e com ilustrações de seu filho Afonso Alegre Duarte (Lisboa, Editorial Caminho) ⁽¹⁾.

Se não nos pode surpreender que uma nova obra de Manuel Alegre seja editada, já que conhecemos a extensão da sua bibliografia, também não nos poderá espantar que esta obra tenha por objecto uma temática de natureza histórica. Como bem sabemos, tal é recorrente num Autor que, tanto em textos líricos como narrativos, se distinguiu desde cedo pelo tratamento dado às temáticas do Além-Mar e do exílio ⁽²⁾. Nesta obra, a novidade está, assim e essencialmente, nos seus destinatários, em subtítulo particularizados na «minha filha Joana», com ela abrangendo todas as crianças e jovens.

Como síntese introdutória, pode dizer-se que Manuel Alegre oferece à família e ao mundo um breve poema narrati-

vo acerca da gesta dos Descobrimentos portugueses. Nele, assume como referências intertextuais quer a literatura de tradição oral, nomeadamente o romance popular *Nau Catrineta*, quer a literatura de tradição culta concretizada por *Os Lusíadas* e *Mensagem*. Em concreto e no que respeita à epopeia camonianina, adquirem particular relevo o episódio do Velho do Restelo (Canto IV, est. 94-104) e o do Adamastor (V, 37-60); enquanto da *Mensagem*, destacam-se «D. Dinis», «O Mostrengo» e «Epitáfio de Bartolomeu Dias» ⁽³⁾.

Ensaaiando uma espiral discursiva, proponho-vos que nos ocupemos primeiro da análise textual desta obra de Manuel Alegre, para, em seguida, conhecermos outros textos que com este têm estreitos laços, por circunstâncias da tradição literária e da própria História de Portugal, os quais irão sendo enunciados.

Ao abrir a primeira página d'*As Naus de Verde Pinho*, o leitor encontra o seguinte convite à leitura:

*De um lado o chão e a raiz
do outro o mar e seu cântico.*

*Era uma vez um país
entre a Espanha e o Atlântico.*

*Tinha por rei D. Dinis
que gostava de cantar.
Mas o reino era tão pouco
que se pôs a perguntar:
— E se o mar fosse um caminho
deste lado para o outro?*

*E da flor de verde pinho
das trovas do seu trovar
mandou plantar um pinhal.*

*Depois a flor foi navio.
E lá se foi Portugal
caravela a navegar.
(p. 3)*

Deste modo, em versos de redondilha maior e numa organização estrófica e rimática irregulares, é narrada ao leitor a gesta dos Descobrimentos portugueses. Nesta é dada particular ênfase à viagem de Bartolomeu Dias ao ultrapassar o Cabo *das Tormentas*, transformando-o simbolicamente em Cabo *da Boa Esperança*.

Contudo, o aparecimento da personagem Bartolomeu Dias é tardio nesta narrativa. Como podemos depreender da citação agora mesmo feita, o protagonismo é inicialmente assumido por D. Dinís, atribuindo-lhe o autor textual a intencionalidade dos Descobrimentos enquanto «plantador» do pinhal de Leiria, e por «[...] Portugal / caravela [...]». Por seu turno e ainda de princípio, o vencer «[...] o mar desconhecido / com seus medos e gigantes / onde ninguém tinha ido» (p. 4), concebido como «aventura», é entendido como «[...] um país à procura / / de caminhos por achar / era um barco verde verde / era um barco sobre o mar» (p. 4). A personagem Bartolomeu Dias surge-nos quando está já ultrapassado este primeiro momento da narrativa, de carácter englobante e geral, que faz depender a partida para os Descobrimentos do sonho de um Rei Poeta que queria ultrapassar a exiguidade espacial do seu reino e de um «navio» — «Portugal» — «caravela» — «país» — «barco» — «caravelas» (cf. pp. 3-4) que assume esse desígnio como missão própria.

Falámos em *primeiro momento da narrativa*. De facto e após uma leitura atenta d'*As Naus de Verde Pinho*, verificamos que depois de um momento inicial, introdutório às motivações e objectivos dos Descobrimentos, a narrativa evolui marcadamente para outras etapas: assim, e seguindo a ordenação dada pelo autor textual, o relato detém-se no dobrar do Cabo das

Tormentas (pp. 5-9), procede a extrapolações em torno de todas as viagens marítimas dos portugueses (pp. 9-11) e interpela o leitor, sublinhando as dimensões iniciáticas da viagem e do sonho (pp. 11-12).

Vejamos tal processo mais em detalhe, acompanhando o percurso em direcção a Sul:

*Viu-se então um grande monte
que entrava pelo mar dentro.
Já não havia horizonte
nem céu nem terra nem nada.
Só se ouvia uivar o vento
que vinha com sua espada
espadeirar as brancas velas.
Só o vento e o nevoeiro
e uma grande nuvem preta
sobre as naus e as caravelas.*
(p. 5)

Enquanto «grande monte» e «grande nuvem preta», surge na narrativa a figura do Adamastor, mostrego de evidentes relações intertextuais com *Os Lusíadas* e com a *Mensagem*. Tal como indiciei, começam a desenvolver-se neste segundo momento da narrativa complexas relações intertextuais, não só com os referidos textos camoniano e pessoano, mas também com a literatura oral e tradicional, pelo romance popular *Nau Catrineta*, e mediante a herança literária das aventuras de piratas.

Então e perante o obstáculo das forças da natureza e dos medos humanos ergue-se a voz de um marinheiro:

*De repente um marinheiro
perna de pau e maneta
ergueu a voz e gritou:
— Eu sou da Nau Catrineta
e nem ela aqui passou.*

*Eram ventos ventanias
naus como cascas de noz
a baloiçar sobre o medo.
Sete noites sete dias.*

*E só se via o penedo
só se ouvia aquela voz
do velho sempre a gritar:
— Vereis a água a ferver.
Quem quiser aqui passar
no inferno vai arder.*
(pp. 6-7)

Ironicamente tomando a viagem da Nau Catrineta como paradigma do sucesso e da eficácia, é um «marinheiro» sob o comando de «Bartolomeu Dias», «velho», «perna de pau e maneta» que vai evidenciar reiteradamente os obstáculos a ultrapassar. À primeira dificuldade, acima citada, responde o «Capitão», afirmando a sua individualidade, e assumindo-se ainda como representante de Portugal. Entretanto e num *crescendo*, o marinheiro, caracterizado por deficiências físicas e idade avançada, autonomiza-se enquanto «Velho Perna de Pau» e acaba por revelar-se o Diabo, agora em analogia com a personagem do romance popular, depois de ter também assumido algumas das perplexidades do Velho do Restelo, ainda que de forma muito sintética e simplificada quando comparado com o episódio d' *Os Lusíadas*.

De modo abreviado, consiste no seguinte a oposição entre o «Capitão» e «Perna de Pau», de que aquele tem de resultar vencedor:

*— Seja a bem ou seja a mal
eu juro que hei-de passar
porque as naus de Portugal
não são naus de recuar.*

*Eu sou Bartolomeu Dias
nada me pode parar.*

[...]
— *Vais perder-te e naufragar
ninguém dobra o Cabo Mau.*

[...]
— *Ouve lá Perna de Pau*
[...]
*já se foi o Cabo Mau
já se foi a nuvem preta
e não vi nenhum papão
nem me deitei a afogar.
A tua Nau Catrineta
é uma história de inventar.*

[...]
— *Sete noites sete dias
que não paras de falar.
Venci ventos ventanias
também tu te vais calar.
Ou será que és o Diabo
que me vem aqui tentar?*

[...]
*eu trago no coração
um país a navegar
e não há nenhum gigante
que me faça recuar.*

*O meu destino é chegar
cada vez mais adiante.*

[...]
*Tu és só uma visão
um cabo de fantasia.
Não metes medo nenhum.*

*Então o monstro sumiu
inchou inchou e fez PUM
como se fosse um balão.*

[...]
— *Venham monstros bruxarias
não me deixo enfeitiçar.
Eu sou Bartolomeu Dias
e juro que hei-de passar.*

*E as naus seguiram em frente
sempre sempre a navegar
para além da linha azul
que há no muito imaginar.*
(pp. 6-9)

Como decorre das estrofes que acabamos de ver, «Bartolomeu Dias», o «grande Capitão», é o herói dotado de capacidades de excepção, uma vez que não só é capaz de lidar com as dificuldades colocadas pela natureza como também ultrapassa os obstáculos erigidos pelo medo perante o não conhecido e o não controlável. Aliás, este herói revela-se mesmo capaz de ir mais além, porque afirma «[...] eu sou marinheiro / e abro caminhos de par em par» (p. 8), assumindo características pessoais de uma competência excepcional, e ainda porque diz representar «um país».

Face a tal personagem, seria analiticamente legítimo questionarmo-nos sobre a pertinência de a sua caracterização se encontrar como que contaminada por uma perspectiva elitista, fazendo depender um acontecimento historicamente muito relevante da excepcionalidade de um indivíduo ⁽⁴⁾. Porém, esta hipótese interpretativa é-nos negada pelo terceiro momento da narrativa, que de imediato se desenvolve. Com efeito, a viagem de Bartolomeu Dias, inauguradora do Cabo da Boa Esperança, é tomada na sua dimensão exemplar, simbolizando todas as via-

gens da gesta marítima dos Descobrimentos e todos aqueles que a realizaram, compreendidos na personificação de «caravelas»:

*Caravelas caravelas
feitas de trova e de sonho
cascas de noz pequeninas
levavam nas brancas velas
o pendão das cinco quinas.*

*Umas foram para o Oriente
outras foram para o Sul
umas ao Brasil chegaram
outras à Índia e ao Japão.
Todas ao mundo mostraram
que o mar não é um papão.*

[...]

*Contra o medo e as tempestades
guiadas pelas estrelas
navegavam e aprendiam
um saber de experiência.*

[...]

(pp. 10-11)

Corolário deste ponto de vista é o culminar d'*As Naus de Verde Pinho* numa perspectiva atemporal, interpelando o leitor no sentido da liberdade e do sonho como forças impulsoras do Mundo, dependentes do percurso individual de cada ser humano, anunciando-se todos igualmente decisivos na construção da Humanidade. Desta maneira, e embora não se abandone uma perspectiva centrada na excepcionalidade, a mesma perde o seu valor absoluto ao não ser avatar de um só indivíduo, mas antes uma qualidade actualizável em qualquer um de nós. Por outras palavras, ao leitor, aqui veementemente interpelado, não se promete a possibilidade de um Mundo melhor; antes se procura um efeito perlocutório que garanta a

urgência de um Mundo múltiplo e em constante mutação, passível de ser protagonizado por todos aqueles que o habitam:

*Sempre que em teu pensamento
o verde pinho florir
abre os teus sonhos ao vento
porque é tempo de partir.*

*E sempre que mais adiante
não houver porto de abrigo
tens o astrolábio e o quadrante
passarás além do perigo.*

*Lá onde a noite apresenta
forma e corpo de diabo
vencerás mar e tormenta
passarás além do Cabo.*

*Verás então o caminho
do outro lado de aqui
e uma nau de verde pinho
que te leva além de ti.*

(pp. 11-12)

Adquire, portanto, relevo o entendimento da personagem «Bartolomeu Dias» enquanto modelo de comportamento, passível de ser seguido por qualquer leitor. Quer dizer, esta viagem dos Descobrimentos dá lugar a uma viagem iniciática que pode ser percorrida por todos os indivíduos, seguindo o seu desígnio pessoal. O além-mar reside afinal num convite a um além-de-nós; logo, o buscar a imagem de Bartolomeu Dias ou de outro navegador nele simbolizado passa por explorar possibilidades da nossa própria auto-imagem.

No entanto, no modo como *As Naus de Verde Pinho* configuram esta questão residem alguns problemas, ou melhor, um

paradoxo. Brevemente embora, vejamos de que se trata. Poderíamos pensar que, implícitos a este poema narrativo, estão leitores jovens, um público constituído por adolescentes; tal seria provável já que o texto nos oferece um modelo de comportamento associado à heroicidade, ao conhecimento de mundos distantes no espaço e no tempo, fazendo apelo a noções de índole histórica e geográfica, de acordo com aquilo que sabemos serem interesses desta faixa etária ⁽⁵⁾.

Todavia e ao mesmo tempo, ficamos inseguros quanto à viabilidade de tal hipótese. No texto, o protagonista e os seus opositores são representados de forma muito simples: ao «grande Capitão» opõe-se o «velho» «marinheiro / perna de pau e maneta», assim como o «Cabo Mau», «grande monte», «grande nuvem preta», «penedo». Desta maneira, o Autor arrisca ficar aquém da capacidade interpretativa de jovens que, a propósito dos referentes da História de Portugal aqui implicados, já deverão ter elaborado um pensamento mais complexo; além do mais, as referências literárias que intertextualmente são evidentes em *As Naus de Verde Pinho* obedecem a uma engenhosa reescrita do nosso património literário, fundindo tradições de via culta e de via popular e exigindo uma competência literária consistente ⁽⁶⁾. Assim, e se muito provavelmente a sua descodificação será plenamente conseguida por jovens leitores, também estará muito para além da capacidade e da experiência leitora de crianças ⁽⁷⁾.

Não sabemos se tal paradoxo, eventual obstáculo para os possíveis públicos leitores deste texto, o será de facto para os seus leitores reais: cada circunstância concreta o dirá. Porém, e quanto mais não seja, tem o mérito, para nós leitores adultos, de nos imaginarmos jovens ou crianças, ao mesmo tempo suficientemente amadurecidas e cultas para fruir todas as implicações da narrativa, a qual certamente muito fez sonhar Manuel Alegre ao escrevê-la.

Contornada a primeira voluta da nossa espiral argumentativa, passamos a constatar que *As Naus de Verde Pinho* inse-

rem-se num paradigma associado à concretização literária do desejo de heroicidade e da nostalgia da heroicidade passada. É esta uma temática que, provavelmente, encontra um dos seus momentos fundadores no prólogo ao *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* ⁽⁸⁾, mediante a formulação do desejo de uma epopeia.

Já no âmbito da literatura para crianças e jovens em Portugal, o texto de Manuel Alegre é herdeiro de uma tradição fundada, pelo menos, desde que a produção literária para este público específico ganha autonomia em Portugal, no século XIX ⁽⁹⁾. Quer isto dizer que na mesma ainda transparecem preocupações pedagógicas de formação do indivíduo — criança ou jovem. No entanto, convém destacar que, apesar destes intuitos formativos concretizados pela insistência num modelo de comportamento da personagem-país e pela interpelação ao leitor feita pelo narrador apelando a uma determinada atitude de consequências pessoais e também sociais, convém destacar, dizia eu, que a dimensão estético-literária é também um fim em si mesma e não apenas um instrumento para atingir objectivos de teor pedagógico-moral. Aliás, esta observação tem subentendida a unanimidade da crítica quanto ao prejuízo da qualidade literária que muito frequentemente está subjacente às primeiras obras produzidas no panorama editorial português para público infanto-juvenil, privilegiando intuitos de teor didáctico ⁽¹⁰⁾.

Neste contexto, um parente tematicamente próximo d'*As Naus de Verde Pinho* e que partilha os mesmos intertextos é o *Bartolomeu Marinho*, de Afonso Lopes Vieira, pela primeira vez publicado em 1912 (Lisboa, Cotovia, 1992; ed. fac-similada que reproduz as ilustrações da 1.ª ed., da autoria de Raul Lino) ⁽¹¹⁾. Também escrita em verso, esta obra organiza-se em cinco partes, intituladas: «I — Bartolomeu em menino», «II — O Conto de Adamastor», «III — Partida da Flor do Mar», «IV — A tempestade e o gigante» e «V — Glória de Bartolomeu». Como é patente logo nesta organização, o autor elege

como nóculo central o percurso ficcionado da vida de Bartolomeu Dias, privilegiando a sua relação com o mar até se transformar no «navegador / que venceu / o Gigante Adamastor!» (V, p. 39).

Constatamos pois que, nas narrativas de Afonso Lopes Vieira e de Manuel Alegre, Bartolomeu é uma personagem que simboliza um país, o qual o seu feito engrandece. Todavia, e como tivemos oportunidade de verificar, em *As Naus de Verde Pinho* a excepcionalidade do indivíduo é tornada comum, ao ser garantido ao leitor que tem em si capacidades que lhe permitem igualar os descobridores portugueses. Por seu turno, Afonso Lopes Vieira fica-se pela oferta de um modelo de comportamento, sem motivar o leitor quanto à possibilidade de se tornar semelhante ao herói, antes o limitando a um plano de contemplação resignada.

O cotejo dos dois textos permite-nos ainda verificar que ambos, embora separados por oitenta e quatro anos, partilham as mesmas relações intertextuais: acompanhando o percurso de vida de Bartolomeu da infância à idade adulta, tanto o episódio camoniano do Adamastor está subjacente à aprendizagem que o «mareante» faz das dificuldades das viagens marítimas, aceitando-as como um desafio sedutor (cf. pp. 12-18), como a viagem propriamente dita recupera as «Despedidas em Belém» (IV, 88-93), significativamente omitindo as dificuldades evidenciadas pelo «Velho do Restelo» (cf. pp. 21-26); novamente, quando surgem as dificuldades inerentes ao dobrar o Cabo das Tormentas, a referência textual recriada é a do romance popular *Nau Catrineta* (cf. pp. 29-35).

Já a última parte de *Bartolomeu Marinheiro* (cf. pp. 39-40) pode ser entendida como um excursus de necessidade questionável: ao ter por tema o regresso do herói, nada acrescenta em termos de uma personagem que se distingue pelo seu fazer, apenas concretizando valores de natureza moral e política então dominantes, pela importância dada nomeadamente à Pátria.

Em termos ideológicos diversos e integrado no ideário

do regime salazarista, ainda que herdeiro de *Bartolomeu Marinho*, surge em 1931 *Meu Portugal, Meu Gigante*, de Adolfo Simões Müller⁽¹²⁾. Neste, o enaltecimento de Portugal, isto é, a construção da excepionalidade do «gigante», consubstancia-se em dez poemas agrupados em quatro partes, intituladas: «Nobre povo», «Heróis do mar», «Nação valente», «Imortal». Tomando como referente as palavras iniciais do Hino Nacional, a estratégia do autor centra-se na perspectivação da História pátria e dos heróis que a realizaram, desde o momento da sua fundação até à época contemporânea. Nesta obra, todos os poemas, de tom marcadamente laudatório, exploram a recordação de circunstâncias históricas apresentadas como heróicas, do século XII a 1921, de Afonso Henriques à travessia aérea do Atlântico Sul por Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

Mais uma vez, e agora de modo sistemático, é feita a apologia da heroicidade de alguns indivíduos e, embora acentuando a excepionalidade do povo português, o leitor continua a não ser convidado a tornar-se interveniente nesse processo concretizado em tantos momentos de glória; cabe-lhe apenas o papel de admirador reconhecido de valores patrióticos e morais, respeitadores da ordem estabelecida pelo Poder instituído. Mesmo quando o poema de fecho da obra tem por objecto «O “Zé-Alguém” Português» (pp. 76-80), ao enaltecer aparentemente as virtudes dos inúmeros «Zés-Ninguém», continua-se a manter uma atitude elitista. Objectivamente, não se concede ao homem comum um valor nessa sua condição, mas apenas quando, apesar dela, atinge a excepionalidade, mediante um comportamento singular.

Apesar de não podermos considerar qualquer obra literária fora dos tempos em que é produzida ou lida e à margem dos contextos políticos e culturais de que resulta, perdoe-se-me este dizer o óbvio, não está hoje em dia na nossa mente o preocuparmo-nos com o controlo político pelo Poder instituído. Aliás, este não o tenta sequer. Com efeito, e olhando para o tratamento dado à Literatura Portuguesa nos Programas de Lín-

gua Portuguesa do 1.º e 2.º ciclos de escolaridade, damo-nos conta que esta compreende tanto textos literários de autor como os provenientes da tradição oral, coexistindo ainda com as leituras aconselhadas da produção literária portuguesa obras de outros países, pertencentes ao património universal.

Não quero, no entanto, afastar-me do meu objectivo principal. Assim, e de acordo com o combinado, proponho-vos que nos detenhamos num par de obras saídas recentemente no panorama editorial português, de entre as muitas que, tendo por tema o Mar e os Descobrimentos, foram motivadas por efemérides diversas ou pela Expo 98. Concretamente, pretendo que nos detenhamos em *Aquilo que os Olhos Vêem ou O Adamastor*, de Manuel António Pina (Porto, Campo das Letras / Pé de Vento, 1998; com figurinos de Susanne Rösler e fotografias do espectáculo), e em *Uma Visita à Expo'98*, de António Torrado (Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, 1998; ilustrações de Bernardo Pego de Carvalho).

A primeira consiste numa peça de teatro levada à cena nos meses de Fevereiro e Março de 1998 e posteriormente publicada em Novembro desse ano. Nesta, e num paratexto que antecede o texto dramático propriamente dito, na «Sinopse» (cf. pp. 7-9), verificamos a preocupação do autor em apelar à investigação que desenvolveu, expondo sinteticamente os aspectos da informação histórica por si considerados mais relevantes para o exercício contextualizado da sua criação ficcional. Aliás, são também informações de natureza histórica a condicionar, no espectáculo teatral, as opções tomadas no que se refere à cenografia e aos figurinos (cf. p. 6).

É este um texto onde transparece uma concepção diferente daqueles a que foi feita referência anteriormente, e tal não advém propriamente da circunstância de pertencer a um outro modo literário, mas dos próprios pressupostos da concreta actividade de criação. Com efeito, deparamo-nos com duas personagens principais, evidenciando-se como excepcional a personagem «Manuel» que integra a frota de Pedro Álvares Cabral

e precisamente a caravela comandada por Bartolomeu Dias, na carreira da Índia. Esta personagem segue as pisadas de seu pai, o qual integrara a frota de Bartolomeu Dias, aquando da passagem do Cabo da Boa Esperança. Durante a viagem, «Manuel» defronta-se também com o Adamastor, concretizando um pesadelo que tivera enquanto jovem. Em diferentes planos temporais, conduzidos pela memória de «Mestre João», a outra personagem principal e que surge como depositária da narrativa de Manuel sobre a concretização do pesadelo que o levou à condição de naufrago, põe o leitor em contacto com uma história de insucesso na passagem do Cabo da Boa Esperança, anos depois do feito de Bartolomeu Dias. Desta vez, aquele que transformou o Cabo das Tormentas em Cabo da Boa Esperança encontra a morte, ao passo que um só dos seus marinheiros, Manuel, consegue sobreviver.

Como vemos, o central nesta criação literária assenta na importância dada a um indivíduo comum, evidenciando aquilo que involuntariamente lhe sucede de heróico: julgando ter morrido perante o Adamastor, veio a verificar estar vivo, enquanto que este, pensando tê-lo vencido, não o matou. A morte acontece, isso sim, à personagem «Capitão» — Bartolomeu Dias, aquela que simbolicamente maior competência teria para o vencer, mas que se revelou impotente para tal, sem qualquer diferença face aos restantes marinheiros que estavam perante o seu comando.

Apesar destas extremas síntese e simplificação da elaborada estrutura constituinte deste texto dramático, creio tornar-se evidente ao nosso entendimento que a estratégia de organização do texto é radicalmente distinta das dos textos anteriores: trata-se de uma história centrada sobre o fazer das personagens, sendo que estas se distinguem apenas pelo facto de não possuírem qualquer traço de heroicidade. Ao leitor não é feito qualquer pedido, nem sequer de admiração, a menos que ele a entenda pertinente perante a originalidade da concepção desta obra literária.

Já *Uma Visita à Expo'98* de António Torrado consiste no Catálogo Oficial Juvenil da Exposição Mundial de Lisboa. Certamente, não é aqui o lugar de discutir o estatuto, literário ou não, do texto; tão só, pretendo salientar mais um caso de originalidade na concepção da História de Portugal, na sua relação com o mar e o mundo. O percurso proposto ao leitor, também constantemente interpelado pelo narrador, é o dos diversos pavilhões temáticos, não dependendo a sua compreensão da presença física deste nos espaços que vão sendo mencionados; ganha antes maior importância a companhia de um grão de areia na viagem proposta. O estatuto de protagonista é dado ao Mundo e à sua memória, histórica, biológica ou ambiental; o herói não existe, apenas nos deparamos com um ser humano confrontado com problemas, isto é, com um leitor jovem questionado sobre a viabilidade do planeta em termos ambientais. Quer isto dizer que sempre que há um apontamento diacrónico, o momento de referência não é o presente em relação ao passado, mas este perante a viabilidade do futuro.

Com efeito, propondo um percurso espacial pelos Pavilhões do Conhecimento dos Mares, do Futuro, da Utopia, de Portugal e dos Oceanos, o narrador convida o leitor/visitante a uma caminhada pela Exposição, transportando-o para fora dos seus limites físicos, de modo a que este melhor se integre nela e favorecendo assim a perenidade deste texto, cuja leitura permanece pertinente para além do período temporal em que decorreu a referida Exposição.

Neste contexto, o leitor é convidado a percorrer um fio narrativo, acompanhado pela personagem «grão de areia», figurando a memória da Humanidade. Desta forma, às reflexões sobre o mundo físico e natural, quanto à sua ordem e aos fenómenos de instauração do caos, juntam-se apelos da memória cultural, convocando Jules Verne e Phileas Fogg (cf. p. 28), Thomas More (cf. p. 54), Platão (cf. p. 59), Voltaire e *Candide* (cf. p. 59 e ss.)...

Estamos, pois, perante autores diversos, circunstâncias

várias e múltiplos modos de criação literária. Espero que esta rota que percorreram comigo não vos tenha maçado em demasia no final destes dois dias dos nossos trabalhos. No entanto, creio que não podemos deixar de nos sentir privilegiados ao partilharmos, neste curto espaço de tempo, a criatividade de três autores vivos, todos eles representativos do que de melhor integra a literatura portuguesa, embora aqui só os estejamos a considerar na sua vertente de escritores para crianças e jovens.

Permita-se-me ainda uma última palavra, destinada a saudar também, e junto de Alice Vieira, António Torrado, pelos seus trinta anos de actividade literária que neste ano se cumprem ⁽¹³⁾.

NOTAS

- (¹) Este livro foi recenseado por Violante Florêncio no Balanço do Ano Literário de 1996, quanto à Literatura para Crianças e Jovens (publicado no número 79 da revista *Vértice* — II Série, Julho/Setembro de 1997, pp. 24-28); a seu propósito é-nos dito o seguinte: «*As Naus de Verde Pinho* com ilustrações de Afonso Alegre Duarte) tem por subtítulo “Viagem de Bartolomeu Dias contada à minha filha Joana”; trata-se de um poema narrativo, em redondilha maior, de qualidade literária exemplar, em que se faz a síntese, para crianças, do que de melhor o imaginário popular e literário produziu sobre os descobrimentos. A saga dos descobrimentos é narrada com base nas representações da literatura oral e da literatura institucionalizada, concretamente do romance *A Nau Catrineta* e de textos de Camões e de Pessoa. Para essa intertextualidade, convoca-se outra figura do imaginário colectivo — o pirata da Perna de Pau (em quem se reconhece quer a voz anquilosada do velho do Restelo quer a figura do gigante Adamastor. Em perfeita consonância com os temas recorrentes na obra de Manuel Alegre, como os da memória cultural ou os do exílio e da esperança [...], o poema recua até D. Dinis, à “flor de verde pinho / das trovas de seu trovar” (p. 3), e, mais interessante ainda, projecta-se no

futuro. Assim, esta viagem mostra ao leitor o grande caminho por desbravar que o tornará num potencial descobridor de si próprio: "Verás então o caminho / do outro lado de aqui / e uma nau de verde pinho / que te leva além de ti" (p. 112).» (p. 24). Ainda em 1997 foi atribuído à obra *de quo* o *Prémio António Botto*, promovido pela Câmara Municipal de Abrantes.

- (2) A este propósito e a título de mero exemplo, veja-se: António Quadros, *A Ideia de Portugal na Literatura Portuguesa dos últimos 100 Anos*, Lisboa, Fundação Lusíada, 1989.
- (3) Considerem-se, v. g., as seguintes edições, de difusão corrente: Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, 1987 e Fernando Pessoa, *Mensagem*, Lisboa, Ática, 1979 (13.^a ed.).
- (4) Sobre a questão dos *protagonistas* da História e tendo por motivo directo a Expo 98, veja-se o texto de José Mattoso, destinado ao grande público, que tem por título «De novo os grandes homens» (publicado na revista *História* n.º 6 — Ano XX, Setembro de 1998, pp. 8-9). Este texto deve ser lido enquanto exemplo da concepção esperada, nos dias de hoje e em termos do senso comum, quanto ao papel dos «Grandes Homens» na História.
- (5) Sobre estas questões, veja-se o ensaio de Kieran Egan, traduzido para português sob o título *O Desenvolvimento Educacional* (Lisboa, Dom Quixote, 1992), em particular o capítulo «O estádio romântico», pp. 41-63.
- (6) Além das referências literárias, também se faz apelo a conhecimentos histórico-literários que não são do domínio comum. Tal é evidente no conhecimento implicado para a descodificação dos versos «Nem que fosses Rubicão / mesmo assim eu passaria» (p. 8); provavelmente hoje em dia não será óbvio para o leitor comum o referente geográfico e as implicações históricas e simbólicas associadas a este pequeno rio.
- (7) Também em termos de construção linguística o poema levanta algumas dificuldades, pois ao mesmo tempo que se socorre de um léxico não demasiadamente diversificado, apresenta construções frásicas de descodificação difícil, quer pela combinação das palavras quer pelo sentido que produzem. Respectivamente, considerem-se os seguintes exemplos, extraídos da página 11: «Ó Cabo da Boa Esperança / entre o nunca visto e o v / de quem vê o que se

alcança / depois do como e o porquê» e «Caravelas caravelas / / do outro lado da ausência».

- (⁸) Consulte-se, quanto mais não seja, a acessível edição *Florilégio do Cancioneiro de Resende*, organizada por Rodrigues Lapa (Lisboa, Seara Nova, 1973, pp. 17-20). A este propósito, num âmbito introdutório, veja-se Andrée Crabbé Rocha, *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*, Lisboa, ICALP, 1979. Será ainda interessante, consultar *O Além-Mar na Literatura Portuguesa*, de João de Castro Osório (Lisboa, Nova Arrancada, 1998 — 1.^a ed. 1948).
- (⁹) Sobre este momento fundador em concreto, veja-se o ensaio *A Escrita para Crianças em Portugal no Século XIX*, de Glória Bastos (Lisboa, Caminho, 1997).
- (¹⁰) A este propósito comenta Natércia Rocha: «É de registar que o pendor pedagógico deitou raízes tão fundas que hoje, quase no século XXI, é ainda necessário fazer a defesa do elemento não-didático; a preocupação didático-moralista persiste em asfixiar a obra literária para crianças, impondo-lhe o desempenho de funções que não são exigidas ao trabalho literário para adultos. Poucos, pouquíssimos mesmos, são os autores suficientemente libertos dessa pressão para se entregarem à criação de obras tendo o valor estético como prioridade absoluta.» Estas são palavras extraídas de *Breve História da Literatura para Crianças em Portugal* (Lisboa, ICALP, 1992 — 2.^a ed., p. 43-57); na mesma linha, pronunciam-se ainda José António Gomes (*Para uma História da Literatura Portuguesa para a Infância e Juventude*, Lisboa, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, 1997, pp. 11-18) e, num tom menos valorativo, Maria Laura Bettencourt Pires (*História da Literatura Infantil Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1983). Veja-se também Garcia Barreto, em *Literatura para Crianças e Jovens em Portugal* (Porto, Campo das Letras, 1998, pp. 25-30).
- (¹¹) Acerca da personalidade de Afonso Lopes Vieira, veja-se a título de exemplo: David Mourão-Ferreira, «Dois textos sobre Afonso Lopes Vieira», in *Lâmpadas no Escuro*, Lisboa, Arcádia, 1979, pp. 101-138. Atente-se também nas seguintes apreciações acerca da sua obra para crianças: Garcia Barreto, *op. cit.*, pp. 33, 97-98; José António Gomes, *op. cit.*, pp. 21-25; Maria Laura Bettencourt Pires, *op. cit.*, pp. 30, 50, 102, 126, 128; Natércia Rocha, *op. cit.*, pp. 63-64.

- (¹²) Assinale-se que está acessível no mercado a seguinte edição deste texto: Lisboa, Vega, 1987, com ilustrações de Fernando Bento. Sobre este autor, de importância amplamente reconhecida, tomem-se em atenção as seguintes indicações bibliográficas: Garcia Barreto, *op. cit.*, pp. 44-45, 95-97; José António Gomes, *op. cit.*, pp. 28-31; Maria Laura Bettencourt Pires, *op. cit.*, pp. 96-98; Natércia Rocha, *op. cit.*, pp. 76, 78-79, 82-84, 91, 93-94, 100, 114; António Torrado, *O Bosque Mínimo*, Cadernos IAC, n.º 2, Novembro de 1990, pp. 22-23.
- (¹³) É de 1969 *A Chave do Castelo Azul e Outras Histórias* (Lisboa, Livros Época), com ilustrações de Martim Avillez.